TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1° RETIFICAÇÃO

1. DO OBJETO:

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo subsidiar o procedimento licitatório, para **REGISTRO DE PREÇOS** objetivando a **Futura e Eventual Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Fornecimento e recarga de extintores, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde,** nas condições, especificações e quantitativos descritos neste Termo de Referência, conforme a solução selecionada na análise das alternativas disponíveis no mercado realizada no Estudo Técnico Preliminar (ETP).

1.2. Deverão ser rigorosamente atendidas às especificações e quantitativos constantes da tabela abaixo e observados os esclarecimentos constantes neste Termo de Referência:

LOTE	ITEM	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	UNID	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
01	**01**	65	127	UNID	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	R$ 114,13	R$ 14.494,51
	02	24	49	UNID	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 04 KG – BC. COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	R$ 102,53	R$ 5.023,97
	03	45	97	UNID	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	R$ 255,90	R$ 24.822,30
	04	15	30	UNID	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE GÁS CARBÔNICO CO2 DE 06 KG, CLASSE BC – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	R$ 354,14	R$ 10.624,20
VALOR TOTAL							**R$ 54.964,98**

LOTE	ITEM	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	UNID	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
02	**05**	111	195	UNID	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	R$ 7,51	R$ 1.464,45
	06	31	104	UNID	**MANGUEIRAS PARA EXTINTORES** COM CARGA DE PÓ QUÍMICO (PQ) PARA EXTINTORES DE 04 A 12 KG, PRODUZIDA EM PVC, COR PRETA, FLEXÍVEL, BICO DIFUSOR EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, NIPLE DE ACOPLAMENTO INJETADO EM ZAMAC, PRESSÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO	R$ 23,17	R$ 2.409,68

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

				APROXIMADO DE: 3,13 MPA (32,0 KG/CM2), COM CARACTERÍSTICA APROXIMADAS DE: DIÂMETRO DO BICO DE SAÍDA DE 8,0 MM, DIÂMETRO INTERNO DE10,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 17,00 MM.		
07	21	73	UNID	**MANGUEIRAS PARA EXTINTORES** COM CARGA DE AGUA PRESSURIZADA) PARA EXTINTORES DE 04 A 12 KG, PRODUZIDA EM PVC, COR PRETA, FLEXÍVEL, BICO DIFUSOR EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, NIPLE DE ACOPLAMENTO INJETADO EM ZAMAC, PRESSÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO APROXIMADO DE: 1,05 MPA (10,5 KG/CM2), COM CARACTERÍSTICA APROXIMADAS DE: DIÂMETRO DO BICO DE SAÍDA DE DE 8,0 MM, DIÂMETRO INTERNO DE 10,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 17,00 MM.	R$ 23,08	R$ 1.684,84
08	21	62	UNID	**MANÔMETRO PARA EXTINTOR** DE PÓ QUÍMICO, CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, VISOR EM POLICARBONATO CRISTAL, DE ALTO IMPACTO, CONEXÃO POSTERIOR CENTRAL EM LATÃO USINADO E TUBO DE COBRE, ROSCA MACHO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/8”X27 NPT, MOSTRADOR COM ESCALA APROXIMADA DE 0 À 2,06 MPA (0 À 21 KGF/CM²) PARA PRESSÃO APROXIMADA DE TRABALHO DE 1,0 MPA	R$ 11,05	R$ 685,10
09	21	38	UNID	**MANÔMETRO PARA EXTINTOR** DE AGUA PRESSURIZADA, CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, VISOR EM POLICARBONATO CRISTAL, DE ALTO IMPACTO, CONEXÃO POSTERIOR CENTRAL EM LATÃO USINADO E TUBO DE COBRE, ROSCA MACHO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/8”X27 NPT, MOSTRADOR COM ESCALA APROXIMADA DE 0 À 2,06 MPA (0 À 21 KGF/CM²) PARA PRESSÃO APROXIMADA DE TRABALHO DE 1,0 MPA	R$ 10,97	R$ 416,86
VALOR TOTAL						**R$ 6.660,93**

LOTE	ITEM	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	UNID	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
03	**10**	110	234	UNID	**PLACAS DE SINALIZAÇÃO** DE ALERTA E SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÕES EM GERAL; PLACA PARA GLP “INFLAMÁVEL” E “PROIBIDO FUMAR” OU TIPO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO; MATERIAL: CHAPA DE ACM (PVC E ALUMÍNIO) COR BRANCA POSSUI 2,0MM DE ESPESSURA, POSSUIR ORIFÍCIOS	R$ 14,77	R$ 3.456,18

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

					DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DIMENSÕES: 20 CM X 30 CM; DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M) E AO NÍVEL INTERMEDIÁRIO (ENTRE 1,0M E 1,8M). A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 10 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.		
	11	110	228	UNID	**PLACAS FOTOLUMINESCENTES** ANTI-CHAMAS PARA EXTINTORES E HIDRANTES. MATERIAL PVC COR BRANCA EXPANDIDO FOTOLUMINESCENTES DE ALTA INTENSIDADE LUMINOSA DE 2MM DE ESPESSURA. IMPRESSÃO POR SERIGRAFIA, COM TINTA DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A UV COM GARANTIA DAS CORES DE IMPRESSÃO COM DUAS CORES OU MAIS CORES CONFORME A NECESSIDADE DO PROJETO. RESISTÊNCIA A FOGO, AUTOEXTINGUÍVEL, EM CONFORMIDADE A NORMA IEC 60092-101, EXIGIDO PELA ABNT NBR 13434 PARTE 3. EM CONFORMIDADE COM ISSO 9227. ISSO 11341 E ISSO 105-A02, EXIGIDO PELA NBR 13434 PARTE 3. DIMENSÕES PARA TODOS OS TIPOS DE EXTINTORES - 15 CM X 20 CM. POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M). A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.	R$ 14,78	R$ 3.369,84
	12	136	293	UNID	**PLACAS FOTOLUMINESCENTES** PARA SAÍDA DE EMERGÊNCIA E ROTA DE FUGA. MATERIAL: PVC FOTOLUMINESCENTE DE ALTA INTENSIDADE LUMINOSA DE 2MM DE ESPESSURA, IMPRESSÃO: POR SERIGRAFIA, COM TINTA DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A RAIOS UV COM GARANTIA DAS CORES DE IMPRESSÃO NAS CORES VERDE E BRANCA. DIMENSÕES: 15CM X 30CM MÍNIMA OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M) E AO NÍVEL INTERMEDIÁRIO (ENTRE 1,0M E 1,8M). DIVIDIDO EM ATÉ 25 MODELOS	R$ 14,83	R$ 4.345,19

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1° RETIFICAÇÃO

					DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO OU ARQUITETÔNICO. A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.		
	13	47	126	UNID	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	R$ 14,78	R$ 1.862,28
	14	39	94	UNID	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	R$ 14,83	R$ 1.394,02
	15	19	37	UNID	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – CO2 – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	R$ 14,78	R$ 546,86
VALOR TOTAL						**R$ 14.974,37**	

LOTE	ITEM	QUANT MÍNIMA	QUANT MÁXIMA	UNID	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO MÁXIMO ACEITÁVEL	VALOR TOTAL MÁXIMO ACEITÁVEL
04	**16**	202	461	REC	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	R$ 61,51	R$ 28.356,11
	17	159	414	REC	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	R$ 51,54	R$ 21.337,56
	18	28	87	REC	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PQS (PÓ QUÍMICO SECO**) DE 04 KG, CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	R$ 57,59	R$ 5.010,33

TERMO DE REFERÊNCIA
Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

	19	21	74	REC	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE GÁS CARBÔNICO** CO2 DE 06 KG - CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	R$ 79,18	R$ 5.859,32
	20	5	11	REC	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PQS (PÓ QUÍMICO SECO**) DE 06 KG, CLASSE ABC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	R$ 63,59	R$ 699,49
VALOR TOTAL						**R$ 61.262,81**

1.2.1. Abaixo segue o quantitativo individualizado de cada secretaria:

1 – Órgão Gerenciador: Secretaria Municipal de Saúde				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**10**	**20**
02	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 04 KG – BC. COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**10**	**20**
03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**10**	**20**
04	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE GÁS CARBÔNICO CO2 DE 06 KG, CLASSE BC – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**10**	**20**
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	**UNID**	**50**	**80**
06	**MANGUEIRAS PARA EXTINTORES** COM CARGA DE PÓ QUÍMICO (PQ) PARA EXTINTORES DE 04 A 12 KG, PRODUZIDA EM PVC, COR PRETA, FLEXÍVEL, BICO DIFUSOR EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, NIPLE DE ACOPLAMENTO INJETADO EM ZAMAC, PRESSÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO APROXIMADO DE: 3,13 MPA (32,0 KG/CM2), COM CARACTERÍSTICA APROXIMADAS DE: DIÂMETRO DO BICO DE SAÍDA DE 8,0 MM, DIÂMETRO INTERNO DE10,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 17,00 MM.	**UNID**	**10**	**50**
07	**MANGUEIRAS PARA EXTINTORES** COM CARGA DE AGUA PRESSURIZADA) PARA EXTINTORES DE 04 A 12 KG, PRODUZIDA EM PVC, COR PRETA, FLEXÍVEL, BICO DIFUSOR EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, NIPLE DE ACOPLAMENTO INJETADO EM ZAMAC, PRESSÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO APROXIMADO DE: 1,05 MPA (10,5 KG/CM2), COM CARACTERÍSTICA APROXIMADAS DE:	**UNID**	**10**	**50**

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

	DIÂMETRO DO BICO DE SAÍDA DE DE 8,0 MM, DIÂMETRO INTERNO DE 10,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 17,00 MM.			
08	**MANÔMETRO PARA EXTINTOR** DE PÓ QUÍMICO, CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, VISOR EM POLICARBONATO CRISTAL, DE ALTO IMPACTO, CONEXÃO POSTERIOR CENTRAL EM LATÃO USINADO E TUBO DE COBRE, ROSCA MACHO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/8”X27 NPT, MOSTRADOR COM ESCALA APROXIMADA DE 0 À 2,06 MPA (0 À 21 KGF/CM²) PARA PRESSÃO APROXIMADA DE TRABALHO DE 1,0 MPA	**UNID**	**10**	**20**
09	**MANÔMETRO PARA EXTINTOR** DE AGUA PRESSURIZADA, CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, VISOR EM POLICARBONATO CRISTAL, DE ALTO IMPACTO, CONEXÃO POSTERIOR CENTRAL EM LATÃO USINADO E TUBO DE COBRE, ROSCA MACHO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/8”X27 NPT, MOSTRADOR COM ESCALA APROXIMADA DE 0 À 2,06 MPA (0 À 21 KGF/CM²) PARA PRESSÃO APROXIMADA DE TRABALHO DE 1,0 MPA	**UNID**	**10**	**20**
10	**PLACAS DE SINALIZAÇÃO** DE ALERTA E SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÕES EM GERAL; PLACA PARA GLP “INFLAMÁVEL” E “PROIBIDO FUMAR” OU TIPO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO; MATERIAL: CHAPA DE ACM (PVC E ALUMÍNIO) COR BRANCA POSSUI 2,0MM DE ESPESSURA, POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DIMENSÕES: 20 CM X 30 CM; DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M) E AO NÍVEL INTERMEDIÁRIO (ENTRE 1,0M E 1,8M). A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 10 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.	**UNID**	**100**	**200**
11	**PLACAS FOTOLUMINESCENTES** ANTI-CHAMAS PARA EXTINTORES E HIDRANTES. MATERIAL PVC COR BRANCA EXPANDIDO FOTOLUMINESCENTES DE ALTA INTENSIDADE LUMINOSA DE 2MM DE ESPESSURA. IMPRESSÃO POR SERIGRAFIA, COM TINTA DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A UV COM GARANTIA DAS CORES DE IMPRESSÃO COM DUAS CORES OU MAIS CORES CONFORME A NECESSIDADE DO PROJETO. RESISTÊNCIA A FOGO, AUTOEXTINGUÍVEL, EM CONFORMIDADE A NORMA IEC 60092-101, EXIGIDO PELA ABNT NBR 13434 PARTE 3. EM CONFORMIDADE COM ISSO 9227. ISSO 11341 E ISSO 105-A02, EXIGIDO PELA NBR 13434 PARTE 3. DIMENSÕES PARA TODOS OS TIPOS DE EXTINTORES - 15 CM X 20 CM. POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M). A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.	**UNID**	**100**	**200**
12	**PLACAS FOTOLUMINESCENTES** PARA SAÍDA DE	**UNID**	**100**	**200**

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1° RETIFICAÇÃO

	EMERGÊNCIA E ROTA DE FUGA. MATERIAL: PVC FOTOLUMINESCENTE DE ALTA INTENSIDADE LUMINOSA DE 2MM DE ESPESSURA, IMPRESSÃO: POR SERIGRAFIA, COM TINTA DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A RAIOS UV COM GARANTIA DAS CORES DE IMPRESSÃO NAS CORES VERDE E BRANCA. DIMENSÕES: 15CM X 30CM MÍNIMA OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M) E AO NÍVEL INTERMEDIÁRIO (ENTRE 1,0M E 1,8M). DIVIDIDO EM ATÉ 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO OU ARQUITETÔNICO. A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.			
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**10**	**50**
14	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**10**	**50**
15	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – CO2 – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**10**	**20**
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**100**	**300**
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**100**	**300**
18	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PQS (PÓ QUÍMICO SECO**) DE 04 KG, CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**10**	**50**
19	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE GÁS CARBÔNICO** CO2 DE 06 KG - CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES	**REC**	**10**	**50**

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

	DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.			

2 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Educação				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**30**	**66**
02	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 04 KG – BC. COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**10**	**23**
03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**10**	**40**
04	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE GÁS CARBÔNICO CO2 DE 06 KG, CLASSE BC – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**04**
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	**UNID**	**20**	**53**
06	**MANGUEIRAS PARA EXTINTORES** COM CARGA DE PÓ QUÍMICO (PQ) PARA EXTINTORES DE 04 A 12 KG, PRODUZIDA EM PVC, COR PRETA, FLEXÍVEL, BICO DIFUSOR EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, NIPLE DE ACOPLAMENTO INJETADO EM ZAMAC, PRESSÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO APROXIMADO DE: 3,13 MPA (32,0 KG/CM2), COM CARACTERÍSTICA APROXIMADAS DE: DIÂMETRO DO BICO DE SAÍDA DE 8,0 MM, DIÂMETRO INTERNO DE10,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 17,00 MM.	**UNID**	**20**	**51**
07	**MANGUEIRAS PARA EXTINTORES** COM CARGA DE AGUA PRESSURIZADA) PARA EXTINTORES DE 04 A 12 KG, PRODUZIDA EM PVC, COR PRETA, FLEXÍVEL, BICO DIFUSOR EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, NIPLE DE ACOPLAMENTO INJETADO EM ZAMAC, PRESSÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO APROXIMADO DE: 1,05 MPA (10,5 KG/CM2), COM CARACTERÍSTICA APROXIMADAS DE: DIÂMETRO DO BICO DE SAÍDA DE DE 8,0 MM, DIÂMETRO INTERNO DE 10,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 17,00 MM.	**UNID**	**10**	**22**
08	**MANÔMETRO PARA EXTINTOR** DE PÓ QUÍMICO, CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, VISOR EM POLICARBONATO CRISTAL, DE ALTO IMPACTO, CONEXÃO POSTERIOR CENTRAL EM LATÃO USINADO E TUBO DE COBRE, ROSCA MACHO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/8”X27 NPT, MOSTRADOR COM ESCALA APROXIMADA DE 0 À 2,06 MPA (0 À 21 KGF/CM²) PARA PRESSÃO APROXIMADA DE TRABALHO DE 1,0 MPA	**UNID**	**10**	**39**
09	**MANÔMETRO PARA EXTINTOR** DE AGUA PRESSURIZADA, CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, VISOR EM POLICARBONATO CRISTAL, DE ALTO IMPACTO, CONEXÃO POSTERIOR CENTRAL EM LATÃO USINADO E TUBO DE COBRE, ROSCA MACHO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/8”X27 NPT, MOSTRADOR COM ESCALA APROXIMADA DE 0 À 2,06 MPA (0 À 21 KGF/CM²) PARA PRESSÃO APROXIMADA DE TRABALHO DE 1,0 MPA	**UNID**	**10**	**17**

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

10	**PLACAS DE SINALIZAÇÃO** DE ALERTA E SINALIZAÇÃO DE PROIBIÇÕES EM GERAL; PLACA PARA GLP “INFLAMÁVEL” E “PROIBIDO FUMAR” OU TIPO DE PLACA DE SINALIZAÇÃO; MATERIAL: CHAPA DE ACM (PVC E ALUMÍNIO) COR BRANCA POSSUI 2,0MM DE ESPESSURA, POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DIMENSÕES: 20 CM X 30 CM; DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M) E AO NÍVEL INTERMEDIÁRIO (ENTRE 1,0M E 1,8M). A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 10 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.	**UNID**	**10**	**34**
11	**PLACAS FOTOLUMINESCENTES** ANTI-CHAMAS PARA EXTINTORES E HIDRANTES. MATERIAL PVC COR BRANCA EXPANDIDO FOTOLUMINESCENTES DE ALTA INTENSIDADE LUMINOSA DE 2MM DE ESPESSURA. IMPRESSÃO POR SERIGRAFIA, COM TINTA DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A UV COM GARANTIA DAS CORES DE IMPRESSÃO COM DUAS CORES OU MAIS CORES CONFORME A NECESSIDADE DO PROJETO. RESISTÊNCIA A FOGO, AUTOEXTINGUÍVEL, EM CONFORMIDADE A NORMA IEC 60092-101, EXIGIDO PELA ABNT NBR 13434 PARTE 3. EM CONFORMIDADE COM ISSO 9227. ISSO 11341 E ISSO 105-A02, EXIGIDO PELA NBR 13434 PARTE 3. DIMENSÕES PARA TODOS OS TIPOS DE EXTINTORES - 15 CM X 20 CM. POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M). A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DA RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.	**UNID**	**10**	**28**
12	**PLACAS FOTOLUMINESCENTES** PARA SAÍDA DE EMERGÊNCIA E ROTA DE FUGA. MATERIAL: PVC FOTOLUMINESCENTE DE ALTA INTENSIDADE LUMINOSA DE 2MM DE ESPESSURA, IMPRESSÃO: POR SERIGRAFIA, COM TINTA DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A RAIOS UV COM GARANTIA DAS CORES DE IMPRESSÃO NAS CORES VERDE E BRANCA. DIMENSÕES: 15CM X 30CM MÍNIMA OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M) E AO NÍVEL INTERMEDIÁRIO (ENTRE 1,0M E 1,8M). DIVIDIDO EM ATÉ 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO OU ARQUITETÔNICO. A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.	**UNID**	**20**	**70**

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**10**	**35**
14	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**05**	**09**
15	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – CO2 – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**05**	**09**
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**50**	**83**
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**10**	**40**
18	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PQS (PÓ QUÍMICO SECO**) DE 04 KG, CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**10**	**22**
19	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE GÁS CARBÔNICO** CO2 DE 06 KG - CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**10**	**21**
20	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PQS (PÓ QUÍMICO SECO**) DE 06 KG, CLASSE ABC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**05**	**11**

3 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**02**
02	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 04 KG – BC. COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**01**

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**01**
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**01**
06	**MANGUEIRAS PARA EXTINTORES** COM CARGA DE PÓ QUÍMICO (PQ) PARA EXTINTORES DE 04 A 12 KG, PRODUZIDA EM PVC, COR PRETA, FLEXÍVEL, BICO DIFUSOR EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, NIPLE DE ACOPLAMENTO INJETADO EM ZAMAC, PRESSÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO APROXIMADO DE: 3,13 MPA (32,0 KG/CM2), COM CARACTERÍSTICA APROXIMADAS DE: DIÂMETRO DO BICO DE SAÍDA DE 8,0 MM, DIÂMETRO INTERNO DE10,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 17,00 MM.	**UNID**	**01**	**03**
07	**MANGUEIRAS PARA EXTINTORES** COM CARGA DE AGUA PRESSURIZADA) PARA EXTINTORES DE 04 A 12 KG, PRODUZIDA EM PVC, COR PRETA, FLEXÍVEL, BICO DIFUSOR EM POLÍMERO DE ENGENHARIA, NIPLE DE ACOPLAMENTO INJETADO EM ZAMAC, PRESSÃO DE TESTE HIDROSTÁTICO APROXIMADO DE: 1,05 MPA (10,5 KG/CM2), COM CARACTERÍSTICA APROXIMADAS DE: DIÂMETRO DO BICO DE SAÍDA DE DE 8,0 MM, DIÂMETRO INTERNO DE 10,3 MM, DIÂMETRO EXTERNO DE 17,00 MM.	**UNID**	**01**	**01**
08	**MANÔMETRO PARA EXTINTOR** DE PÓ QUÍMICO, CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, VISOR EM POLICARBONATO CRISTAL, DE ALTO IMPACTO, CONEXÃO POSTERIOR CENTRAL EM LATÃO USINADO E TUBO DE COBRE, ROSCA MACHO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/8”X27 NPT, MOSTRADOR COM ESCALA APROXIMADA DE 0 À 2,06 MPA (0 À 21 KGF/CM²) PARA PRESSÃO APROXIMADA DE TRABALHO DE 1,0 MPA	**UNID**	**01**	**03**
09	**MANÔMETRO PARA EXTINTOR** DE AGUA PRESSURIZADA, CAIXA FABRICADA EM AÇO INOXIDÁVEL, VISOR EM POLICARBONATO CRISTAL, DE ALTO IMPACTO, CONEXÃO POSTERIOR CENTRAL EM LATÃO USINADO E TUBO DE COBRE, ROSCA MACHO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 1/8”X27 NPT, MOSTRADOR COM ESCALA APROXIMADA DE 0 À 2,06 MPA (0 À 21 KGF/CM²) PARA PRESSÃO APROXIMADA DE TRABALHO DE 1,0 MPA	**UNID**	**01**	**01**
12	**PLACAS FOTOLUMINESCENTES** PARA SAÍDA DE EMERGÊNCIA E ROTA DE FUGA. MATERIAL: PVC FOTOLUMINESCENTE DE ALTA INTENSIDADE LUMINOSA DE 2MM DE ESPESSURA, IMPRESSÃO: POR SERIGRAFIA, COM TINTA DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A RAIOS UV COM GARANTIA DAS CORES DE IMPRESSÃO NAS CORES VERDE E BRANCA. DIMENSÕES: 15CM X 30CM MÍNIMA OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M) E AO NÍVEL INTERMEDIÁRIO (ENTRE 1,0M E 1,8M). DIVIDIDO EM ATÉ 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO OU ARQUITETÔNICO. A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS	**UNID**	**01**	**03**

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

	PLACAS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.			
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**01**	**03**
14	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**01**	**01**
15	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – CO2 – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**01**	**01**
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**01**	**02**
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**01**	**02**
18	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PQS (PÓ QUÍMICO SECO**) DE 04 KG, CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**01**	**01**
19	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO DE GÁS CARBÔNICO** CO2 DE 06 KG - CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**01**	**03**

4 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**03**
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**01**	**03**
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS	**REC**	**01**	**03**

TERMO DE REFERÊNCIA
Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

	DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.			

5 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Administração				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**05**
02	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 04 KG – BC. COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**02**
03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**01**	**02**
04	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE GÁS CARBÔNICO CO2 DE 06 KG, CLASSE BC – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**04**	**06**
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	**UNID**	**05**	**10**
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**01**	**01**
15	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – CO2 – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**03**	**07**
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**05**	**10**
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**01**	**05**
18	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PQS (PÓ QUÍMICO SECO**) DE 04 KG, CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**05**	**10**

6 – Órgão Participante: Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania
CRAS

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

Item	Descrição	UNID	Quant Mínima	Quant Máxima
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	UNID	06	07
03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	UNID	05	07
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	UNID	07	09
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	UNID	06	07
14	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	UNID	05	07
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	REC	10	15
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	REC	10	15

CREAS				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	UNID	02	03
03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	UNID	02	03
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	UNID	02	03
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	UNID	02	03
14	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	UNID	02	03
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS	REC	05	08

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1º RETIFICAÇÃO

	VIGENTES.			
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**05**	**08**

NOSSO ESPAÇO				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**04**	**06**
03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**04**	**06**
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	**UNID**	**04**	**06**
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**04**	**06**
14	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**04**	**06**
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**10**	**15**
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**10**	**15**

CONSELHO TUTELAR				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
02	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 04 KG – BC. COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**02**	**03**
03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**02**	**03**
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	**UNID**	**02**	**03**
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO	**UNID**	**02**	**03**

TERMO DE REFERÊNCIA

Secretaria Municipal de Saúde
1° RETIFICAÇÃO

	DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.			
14	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**02**	**03**
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**02**	**04**
18	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO, PQS (PÓ QUÍMICO SECO**) DE 04 KG, CLASSE BC - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**02**	**04**
ABRIGO MUNICIPAL				
Item	**Descrição**	**UNID**	**Quant Mínima**	**Quant Máxima**
01	**EXTINTOR DE INCÊNDIO** COM CARGA DE PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG - BC. VALIDADE 05 ANOS (NOVO) (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**10**	**15**
03	**EXTINTOR DE ÁGUA** PRESSURIZADA TIPÓ A DE 10 LITROS – COMPLETO (INCLUINDO INSTALAÇÃO)	**UNID**	**10**	**15**
05	**SUPORTE DE PAREDE** PARA EXTINTOR, INCUINDO A INSTALAÇÃO)	**UNID**	**20**	**30**
12	**PLACAS FOTOLUMINESCENTES** PARA SAÍDA DE EMERGÊNCIA E ROTA DE FUGA. MATERIAL: PVC FOTOLUMINESCENTE DE ALTA INTENSIDADE LUMINOSA DE 2MM DE ESPESSURA, IMPRESSÃO: POR SERIGRAFIA, COM TINTA DE ALTA QUALIDADE E RESISTÊNCIA A RAIOS UV COM GARANTIA DAS CORES DE IMPRESSÃO NAS CORES VERDE E BRANCA. DIMENSÕES: 15CM X 30CM MÍNIMA OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO. POSSUIR ORIFÍCIOS DE FIXAÇÃO E/OU FITA DUPLA FACE DE BOA RESISTÊNCIA. DEVE SER INSTALADA AO NÍVEL ELEVADO (SUPERIOR A 1,8M) E AO NÍVEL INTERMEDIÁRIO (ENTRE 1,0M E 1,8M). DIVIDIDO EM ATÉ 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR DE SEGURANÇA DO TRABALHO OU CONFORME O PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO OU ARQUITETÔNICO. A COLOCAÇÃO OU INSTALAÇÃO DAS PLACAS SERÁ DE RESPONSABILIDADE DA EMPRESA VENCEDORA. GARANTIA DE 5 ANOS. DIVIDIDO EM 25 MODELOS DIFERENTES CONFORME A NECESSIDADE DO SETOR OU PROJETO DE PREVENÇÃO DE INCÊNDIO.	**UNID**	**15**	**20**
13	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – PQS – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.	**UNID**	**10**	**15**
14	**PLACA INDICATIVA PARA EXTINTOR DE INCÊNDIO** – AP – FOTOLUMINESCENTE; ATENDE ÀS NORMAS DO CORPO	**UNID**	**10**	**15**

	DE BOMBEIROS DO ESTADO DO ES.			
16	**RECARGA DE EXTINTOR DE INCÊNDIO**, PQS (PÓ QUÍMICO SECO) DE 06 KG, CLASSE BC, - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**20**	**25**
17	**RECARGA DE EXTINTOR ÁGUA** PRESSURIZADA DE 10 LITROS, CLASSE A - REQUISITOS TÉCNICOS DEFINIDOS PELA NBR 12962 DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT) SOBRE INSPEÇÃO, MANUTENÇÃO E RECARGAS EM EXTINTORES DE INCÊNDIO, BEM COMO AS DEMAIS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES.	**REC**	**20**	**25**

1.3. O objeto desta licitação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referencia.

1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de luxo, conforme Decreto Municipal nº 1.819, de 13 de Outubro de 2025.

1.5. Os lotes 01, 02, 03, e 04 destinam-se a participação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

1.7. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 01 (um) ano e terá eficácia a partir de sua publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP e poderá ser renovada, por igual período, com a renovação do quantitativo desde que comprovado o preço vantajoso.

1.7.1. Conforme **NOTA JURÍDICA N° 00003/2024/CNLCA/CGU/AGU** a possibilidade de renovação do quantitativo inicialmente registrado em caso de prorrogação de vigência da ata de registro de preços, será possível desde que:

- *Seja comprovado o preço vantajoso;*
- *Haja previsão expressa no edital e na ata de registro de preços;*
- *O tema tenha sido tratado no planejamento da contratação;*
- *A prorrogação da ata de registro de preços ocorra dentro do prazo de sua vigência.*

2. DA PROVA DE CONCEITO/AMOSTRAS:

2.1. Não será exigida prova de conceito para a presente contratação.

3. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

3.1. Comprovação de aptidão para a execução de serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados, declarações ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

3.2. Atestado de capacidade técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a execução satisfatória de serviços ou o fornecimento de materiais compatíveis com o objeto do lote pretendido;

3.3. Para os lotes que envolvam recarga, inspeção e manutenção de extintores, comprovante de registro ativo da empresa junto ao INMETRO, em conformidade com a Portaria INMETRO nº 58/2022;

3.4. Declaração de que os extintores novos fornecidos serão certificados e registrados no INMETRO, acompanhados dos respectivos selos de identificação da conformidade;

3.5. Comprovação de que os serviços serão executados conforme as normas técnicas e regulamentações vigentes.

3.6. As exigências serão aplicadas de acordo com a natureza de cada lote, limitando-se aos documentos indispensáveis à comprovação da capacidade da licitante para executar o objeto. Orientações oficiais do INMETRO

4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO – FINANCEIRA:

4.1. A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da futura contratação, devendo ser comprovada de forma objetiva que será restrita à apresentação da seguinte documentação:

4.2. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante, observada a data de validade definida no instrumento, no caso de silêncio do documento a respeito de sua validade, a certidão negativa de falência para fins de habilitação, deverá apresentar data de emissão de, no máximo, **90 (noventa) dias anteriores à data fixada para a sessão de abertura da licitação.**

4.2.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação.

4.3. Considerando que a Lei Federal nº 14.133/21, em seu Art. 69, dispõe que a habilitação econômico-financeira tem por objetivo demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes da contratação, ***devendo estar devidamente justificado no processo***, justifica-se, para a

presente contratação, a exigência de apresentação de **certidão negativa de feitos sobre falência** tendo em vista que é necessária a comprovação da capacidade econômico-financeira da empresa contratada, a fim de reduzir os riscos de inadimplemento, interrupção dos serviços ou inexecução das obrigações contratuais.

5. DAS CONSULTAS DE SANÇÕES:

5.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro deverá verificar o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

5.1.1. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

5.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

5.1.3 Cadastro de empresas inidôneas, mantido pelo Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo – TCE/ES (https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/consultas/lista-de-responsaveis/empresas-inidoneas/) e proibidas de contratar com o Poder Público estadual ou municipal (https://www.tcees.tc.br/portal-da-transparencia/consultas/lista-de-responsaveis/proibidos-de-contratar/).

5.1.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

5.2. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

5.3. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

5.4. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

5.5. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

5.6. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

5.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

5.8. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes as CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

6. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

6.1. No caso de Empresário Individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

6.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

6.3. No caso de Sociedade Empresária ou Empresa Individual de Responsabilidade Limitada – EIRELI: Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

6.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

6.5. No caso de Sociedade Simples: Inscrição do Ato Constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

6.6. No caso de Cooperativa: Ata de Fundação e Estatuto Social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

6.7. No caso de Empresa ou Sociedade Estrangeira em funcionamento no País: Decreto de Autorização;

7. DA HABILITAÇÃO FISCAL E TRABALHISTA:

7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

7.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

7.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de **certidão negativa ou positiva com efeito de negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, obtida por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao;

7.5. Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.6. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.7. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal: Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente. A proponente com filial no Município de Sooretama/ES fica obrigada a fornecer a certidão relativa a esta Filial, para atendimento do item;

7.8. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

7.9. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

7.10. Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro da licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e

sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

8.1. A presente demanda decorre da necessidade de fornecimento e recarga de extintores de incêndio para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Saúde de Sooretama/ES, visando assegurar a manutenção das condições de segurança das instalações, a proteção de pessoas e bens públicos, bem como a conformidade com as normas técnicas e legislações vigentes aplicáveis à prevenção e combate a incêndios.

8.2. O fornecimento de extintores de incêndio mostra-se indispensável para equipar adequadamente os ambientes vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, proporcionando meios imediatos de combate a princípios de incêndio, minimizando riscos à integridade física dos servidores, usuários e demais frequentadores dos espaços públicos, além de contribuir para a preservação do patrimônio público e a continuidade dos serviços prestados.

8.3. A realização periódica da recarga, manutenção e substituição dos extintores, quando necessária, constitui medida essencial para garantir que os equipamentos permaneçam em perfeitas condições de funcionamento e aptos para utilização em situações de emergência, atendendo às exigências dos órgãos fiscalizadores competentes e às normas de segurança vigentes.

8.4. A ausência de equipamentos devidamente carregados e em condições adequadas de uso pode comprometer a segurança das edificações, aumentar os riscos de danos materiais e pessoais, bem como sujeitar a Administração Pública a apontamentos e sanções decorrentes do descumprimento das obrigações legais relacionadas à segurança contra incêndio.

8.5. Dessa forma, a futura contratação visa garantir a disponibilidade, manutenção e regularidade dos equipamentos de segurança contra incêndio, assegurando ambientes mais seguros para servidores e usuários, evitando interrupções das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde e promovendo o atendimento das exigências legais e regulamentares, em observância aos princípios da eficiência, continuidade do serviço público, planejamento e interesse público.

9. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

9.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

10. DA CLASSIFICAÇÃO DO OBJETO:

10.1. A classificação do objeto a ser licitado é aquela prevista no Estudo Técnico Preliminar – ETP, apêndice deste Termo de Referência, que integra o presente processo administrativo para todos os fins legais.

11. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO:

11.1. Priorizamos pela realização de licitação, na modalidade **PREGÃO** em seu formato **ELETRÔNICO**, haja vista que essa modalidade apresenta maiores vantagens em relação aos princípios da economicidade, celeridade, competitividade e a transparência que tornam o processo mais rápido.

11.2. Quanto à economicidade, há a redução dos preços contratados, que se deve majoritariamente ao estímulo a reações mais agressivas por parte dos fornecedores durante a fase de lances e a redução de barreiras que possibilita que licitantes de todo país participem, além de gerar economia aos fornecedores que não precisarão despender com locomoção.

11.3. Outra vantagem na utilização do formato eletrônico é a coibição da corrupção e a segurança devido à transparência no processo licitatório uma vez que ele é acompanhado através da internet, facilitando a fiscalização em decorrência de sua informatização, qualquer interessado pode acompanhar o desenvolvimento do processo licitatório em tempo real por meio da plataforma de licitação utilizada pelo município. Ademais, a identidade dos autores dos lances não pode ser revelada aos demais concorrentes, evitando fraudes no processo. **(FIGUEIREDO, 2019).**

11.4. Priorizamos a escolha do Registro de Preços, haja vista que a contratação solicitada enquadra-se nas hipóteses do Decreto Municipal n° 1.862/2025 visto a dificuldade de se definir o quantitativo ideal a ser adquirido, e sendo possível surgirem necessidades de pedidos posteriores. Considerando a grande demanda de utilização desses materiais e ao mesmo tempo a necessidade de controle e racionalização do gasto público, o registro de preços apresenta-se como ferramenta comprovadamente eficiente na busca por melhores preços, mantendo-os registrados para uma futura e eventual contratação conforme a necessidade e disponibilidade de recursos orçamentários.

12. DA DIVULGAÇÃO DA INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS:

12.1. A Intenção de Registro de Preços (IRP) foi regularmente divulgada conforme registrado nos autos, com a anuência das seguintes secretarias:

- Secretaria Municipal de Educação
- Secretaria Municipal de Trabalho, Assistência Social e Cidadania
- Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Urbano

- Secretaria Municipal de Administração
- Secretaria Municipal de Segurança Pública e Defesa Civil;

12.2. Não demonstraram interesse em participar do presente registro de preços as seguintes secretarias:

- Secretaria Municipal de Gabinete do Prefeito;
- Procuradoria Jurídica do Município;
- Controladoria Geral do Município;
- Secretaria Municipal de Finanças;
- Secretaria Municipal de Tributos e Arrecadação;
- Secretaria Municipal de Suprimentos e Gestão de Contratos;
- Secretaria Municipal de Planejamento;
- Secretaria Municipal de Tecnologia e Inovação;
- Secretário Municipal de Comunicação;
- Secretaria Municipal de Obras;
- Secretaria Municipal de Agricultura;
- Secretaria Municipal de Serviços Urbanos;

13. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

13.1. O critério de julgamento será o de menor preço, representado pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**, desde que observadas às especificações e demais condições estabelecidas neste Termo de Referência, futuro edital e demais anexos.

13.2. Será considerada vencedora do certame a licitante que, após a análise da proposta de preços e dos documentos de habilitação, atendidas às exigências do Edital, houver ofertado o menor preço para o fornecimento do objeto da licitação.

13.3. As licitantes deverão apresentar proposta que contemple todos os custos para o fornecimento do objeto.

13.4. O agrupamento em lotes possibilita que os itens de mesma natureza ou pertencentes a uma mesma cadeia de fornecimento e execução sejam contratados conjuntamente, favorecendo a padronização, a compatibilidade dos materiais e serviços, a economia de escala, a redução dos custos logísticos e operacionais e a definição mais clara da responsabilidade da empresa contratada.

13.5. O **Lote 01** reúne os extintores novos de diferentes capacidades e agentes extintores. Esses itens possuem a mesma finalidade operacional, características técnicas semelhantes, necessidade de instalação e são normalmente fornecidos por empresas pertencentes ao mesmo ramo de atividade. A contratação conjunta permite a padronização dos equipamentos,

das condições de instalação e da garantia, além de facilitar o recebimento, a fiscalização e a identificação da responsabilidade por eventuais falhas.

13.6. O **Lote 02** reúne suportes, mangueiras e manômetros destinados aos extintores. Trata-se de componentes e acessórios diretamente vinculados ao funcionamento, à instalação e à manutenção dos equipamentos de combate a incêndio. O agrupamento mostra-se adequado porque esses itens são complementares, possuem aplicação conjunta e são ordinariamente comercializados por fornecedores especializados no mesmo segmento, permitindo maior compatibilidade entre os componentes e redução dos custos de fornecimento e instalação.

13.7. O **Lote 03** compreende as placas de sinalização de alerta, proibição, identificação de extintores, hidrantes, saídas de emergência e rotas de fuga. Os itens apresentam identidade de natureza e finalidade, pois integram o sistema de sinalização de segurança e prevenção contra incêndio, possuem processos semelhantes de fabricação, impressão e instalação e são comercializados por empresas do mesmo ramo. Sua contratação conjunta contribui para a padronização visual, dimensional e fotoluminescente das placas, bem como para a uniformidade da instalação e do atendimento às normas técnicas aplicáveis.

13.8. O **Lote 04** reúne os serviços de recarga dos diferentes tipos e capacidades de extintores. Embora existam variações quanto ao agente extintor e à capacidade dos equipamentos, os serviços integram uma única atividade especializada de inspeção, manutenção e recarga, executada por empresas habilitadas e com estrutura técnica apropriada. A contratação por lote permite uma execução coordenada, padronização dos procedimentos, rastreabilidade dos equipamentos, melhor controle dos prazos de retirada e devolução e responsabilização uniforme pela qualidade dos serviços prestados.

13.9. A separação dos serviços de recarga por equipamento poderia ocasionar a atuação simultânea de várias empresas nos mesmos locais, aumentar os deslocamentos, dificultar o controle patrimonial dos extintores e comprometer o planejamento necessário para que as unidades públicas não permaneçam desprovidas de equipamentos de combate a incêndio durante a execução dos serviços.

13.10. Conclui-se, portanto, que o julgamento pelo **menor preço por lote** representa a solução técnica e economicamente mais vantajosa para a Administração, pois mantém o parcelamento do objeto em grupos distintos e coerentes, amplia a possibilidade de participação de empresas especializadas, preserva a economia de escala, reduz os custos administrativos, logísticos e facilita a gestão.

14. DA EXECUÇÃO E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO SERVIÇO:

14.1. **Os serviços deverão ser executados no prazo de até 03 (três) dias, após a solicitação de cada Secretaria participante, as entregas e recargas**

deverão ser feitas em cada local indicado em tabela abaixo, não sendo aceito em hipótese alguma que a empresa vencedora entregue somente em um lugar, pois causa prejuízo a Administração Pública, este serviço não podemos fixar um cronograma pois os serviços a serem executados é imprevisível, de forma parcelada, após o recebimento da **Ordem de Serviço**, expedida pelo Setor Responsável, acompanhados da respectiva Nota Fiscal, bem como da cópia reprográfica da **Ordem de Serviço,** de acordo com a necessidade, devendo constar na solicitação a quantidade e o local de execução.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	
Prédio	**Localização**
Unidade de Saúde Dalvo Loureiro	Rua Élcio Marques nº 300 - Dalvo Loureiro
Unidade de Saúde Alegre	Av. Esmeraldino Simplício dos Santos nº 95 - Bairro Alegre
Unidade de Saúde do Centro	Rua Henrique Alves Paixão s/n - Próximo a Paroquia Cristo Rei
Unidade saúde NESF	Rua vitorio de Souza, n°510 - centro
Unidade de Saúde Salvador	Rua João Moura nº 491 - Salvador
Unidade de Saúde Canaã	Rua Bacatoli s/n - Canaã
NAPS	Rua Cristo Rei nº 154 - Centro
Pronto atendimento	Rua Bicuiba nº 44 - Sayonara II
Central de ambulância	Rua Henrique Alves Paixão n° 970 bairro Canaã
Vigilâncias	Rua Miguel Alves nº 238 - Centro
Farmácia básica	Rua vitorio Bobbio nº 215 - centro
Farmácia alto custo	Rua Henrique Alves Paixão nº 409 - centro
Unidade Saúde do Juncado	Rua Principal s/n – Juncado – Zona Rural
Unidade Saúde de Chumbado	Rua Principal do Chumbado s/n - Zona Rural
Unidade Saúde Patrimônio da Lagoa	Rodovia 358-ES – Zona Rural
Centro de Fisioterapia - CEFISIO	Rua Joaquim Marques n°300 - Centro
Sede da Secretaria Municipal de Saúde	Rua Manasses dos Reis nº 180 - Centro

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Localização
Rua Manasses dos Reis n°198 – Bairro Centro

SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA CIVIL
Localização
Avenida Vista Alegre n°1115 – Sayonara 2 (Ao lado da Escola João Neves)

SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E URBANO
Localização

Av. Vista Alegre nº 468, Centro

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Localização
Rua Vitorio Bobbio n°281 – Bairro Centro

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO, ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	
Prédio	**Localização**
CRAS CENTRO	Rua Pedro Bacatoli s/n - Bairro Alegre
CRAS SALVADOR	Rua Ordelino Teixeira , N°328 - Sayonara II
CREAS	Rua Nosso senhor do Bom Fim, n°268 - Bairro Centro
NOSSO ESPAÇO	Rua Henrique Alves Paixão, 1011 - Bairro Canaã
CONSELHO TUTELAR	Rua Nosso Senhor do Bom Fim,409, Centro
ABRIGO CRIANÇA FELIZ	Rua Manassés dos Reis ,nº197- Centro
ABRIGO AQUARELA	Rua Frederico Sponfeldner N°660 - Centro

14.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

14.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

14.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

14.5. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

14.6. O recebimento provisório ou definitivo do serviço não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução da Ata de Registro de Preços.

14.7. No caso de ocorrência de motivo de força maior que venha a impossibilitar o cumprimento do referido prazo de execução, a Contratada deverá comunicar por escrito à **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** tal ocorrência, indicando a data em que efetivará a mesma, não podendo o adiamento ser superior a **48 (quarenta e oito) horas.**

14.8. A eventual reprovação dos serviços, em qualquer fase de sua execução, não eximirá o Contratante da aplicação das multas a que está sujeita a Contratada.

14.9. A Contratada não fica exonerada de suas responsabilidades por vícios que venham a ser observados após a prestação dos serviços, nos termos do Código Civil, observadas as disposições deste Termo de Referência e do Edital.

14.10. Correrão por conta da Contratada todas as despesas de embalagem, seguros, transporte, frete, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários, decorrentes da execução dos serviços.

15. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

15.1. São obrigações da Contratante:

15.1.1. aplicar as sanções administrativas, quando se fizerem necessárias.

15.1.2. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

15.1.3. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.4. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.5. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.6. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

16. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

16.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

16.1.1. efetuar a entrega dos materiais em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;*

16.1.1.1. Os materiais devem estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando for o caso.

16.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos materiais, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

16.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

16.1.5. manter, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

16.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução da Ata de Registro de Preços.

16.1.7. atender a todas as solicitações de contratação efetuadas durante a vigência da Ata de Registro de Preços, limitada ao quantitativo de cada item;

16.1.8. manter o fornecimento do objeto, de acordo com as especificações constantes no Edital, em consonância com a proposta apresentada e com a qualidade e especificações determinadas pela legislação em vigor;

16.1.9. responsabilizar-se pela boa execução e eficiência no fornecimento do produto objeto do edital;

16.1.10. reparar, corrigir, remover as suas expensas, no todo ou em parte o(s) objeto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, bem como, providenciar a imediata substituição dos mesmos;

16.1.11. providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo contratante quando da entrega do produto;

16.1.12. apresentar, sempre que solicitado documentos que comprovem a procedência do produto fornecido, assim como amostra para análise pela Administração, sem qualquer ônus adicional;

16.1.13. não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da Ata de Registro de Preços;

16.1.14. manter, durante a vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na licitação;

16.1.15. responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos físicos ou materiais causados à Administração ou a terceiros, pelos seus prepostos, advindos de imperícia, negligência, imprudência ou desrespeito às normas de segurança, quando da execução do fornecimento;

16.1.16. responsabilizar-se por todas e quaisquer despesas, inclusive, despesa de natureza previdenciária, fiscal, trabalhista ou civil, bem como emolumentos, ônus ou encargos de qualquer espécie e origem, pertinentes à execução do objeto contratado;

16.1.17. mesmo não sendo a fabricante da matéria prima empregada na fabricação de seus produtos, a empresa vencedora, responderá inteira e solidariamente pela qualidade e autenticidade destes, obrigando-se a substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, o objeto desta licitação, em que se verificarem vícios, defeitos, incorreções, resultantes da fabricação ou transporte, constatado visualmente ou em laboratório, correndo estes custos por sua conta;

16.1.18. manter endereço eletrônico (e-mail) e numero de telefone válido para fins de comunicação com a contratante por todo o período de contratação; comunicando, imediatamente, o Contratante em caso de alteração;

17. DA SUBCONTRATAÇÃO:

17.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

18. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA:

18.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da Ata de Registro de Preços; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade da Ata de Registro de Preços.

19. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO:

19.1. A fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelo Contratante, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde,** deste Município, de forma a fazer cumprir rigorosamente as especificações, prazo, proposta e condições deste Termo de Referência e do Edital licitatório.

19.2. Nos termos dos Art. 104 e Art. 117 da Lei nº 14.133/21, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos materiais, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

19.3. Aos servidores investidos na função de fiscal compete:

19.3.1. Manter registro de ocorrências relacionadas com a execução da Ata de Registro de Preços, determinando todas as ações necessárias para a regularização das faltas ou defeitos constatados;

19.3.2. Receber, acolher e atestar os documentos da despesa, quando comprovada a fiel e correta prestação dos serviços, para fins de pagamento;

19.3.3. Comunicar, formalmente, irregularidades cometidas passíveis de penalidades, bem como efetuar as glosas na Nota Fiscal/Fatura;

19.3.4. Comunicar à autoridade superior, em tempo hábil e por escrito, as situações que impliquem atraso e descumprimento de cláusulas contratuais, para adoção dos procedimentos necessários à aplicação das sanções cabíveis, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa;

19.3.5. As decisões e providências que ultrapassarem a competência do Fiscal deverão ser solicitadas ao seu superior hierárquico em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

19.3. A contratada deverá facilitar, por todos os meios a seu alcance, a ampla ação da Fiscalização da Ata de Registro de Preços, bem como atendendo prontamente às solicitações que lhe forem efetuadas pelo contratante;

19.4. A atuação ou a eventual omissão da Fiscalização da Ata de Registro de Preços durante a execução do objeto contratado não poderá ser invocada para eximir a contratada da responsabilidade pela entrega dos materiais.

19.5. A Fiscalização da Ata de Registro de Preços será exercida no interesse exclusivo do contratante e não exclui nem reduz a responsabilidade da contratada por qualquer irregularidade.

19.6. Será nomeado Gestor, Fiscal Titular e Fiscal Suplente anteriormente a confecção da Ata de Registro de Preços.

20. DO PAGAMENTO:

20.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, respeitando a ordem cronológica de pagamentos, contados a partir do ateste do fiscal, por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a efetiva execução dos serviços.

20.1.1. Juntamente com a Nota Fiscal ou Fatura, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

- **Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- **Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

- **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de **certidão negativa ou positiva com efeito de negativa**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, obtida por meio do endereço eletrônico: www.tst.jus.br/certidao;

- **Prova de regularidade com a Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante;

- **Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal:** Certidão dos Tributos relativos ao domicílio ou sede da proponente.

- **Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede da contratada**.

20.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a entrega do objeto do contrato.

20.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal conforme documentos acima expostos.

20.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

20.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

20.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

20.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

20.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

20.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

20.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

20.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão da ata de registro de preços, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

20.11.1. Será rescindido a Ata de Registro de Preços em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

20.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

20.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = ***, assim apurado:

$$I = (TX) \qquad I = \frac{(6 / 100)}{365}$$

I = ***
TX = Percentual da taxa anual = 6%

20.14. Não será realizado o pagamento por meio de boleto bancário.

21. DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

21.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos eventualmente interpostos, o processo licitatório será

encaminhado à Autoridade Competente para fins de adjudicação do objeto e homologação da licitação.

21.2. Após a homologação, o licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de sua convocação, sob pena de decair do direito ao registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no edital e na legislação vigente.

21.3. O prazo previsto no item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, desde que haja solicitação formal e devidamente justificada por parte do adjudicatário durante o transcurso do prazo, e o motivo seja aceito pela Administração.

21.4. Na hipótese de o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido, ou recusar-se injustificadamente a firmá-la, a Administração poderá convocar os demais licitantes remanescentes, respeitada a ordem de classificação, para fins de assinatura da Ata, observadas as mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

21.5. Caso nenhum dos licitantes remanescentes aceite a contratação nas condições originalmente ofertadas, a Administração poderá, desde que respeitado o valor estimado e sua eventual atualização, conforme previsão editalícia:

21.5.1. Convocar os demais licitantes classificados, na ordem de classificação, para fins de negociação com vistas à obtenção de proposta mais vantajosa, ainda que o preço resultante seja superior ao do primeiro colocado, mas compativel com o mercado;

21.5.2. Proceder à adjudicação e assinatura da Ata de Registro de Preços com o licitante remanescente que aceitar as condições ofertadas, conforme a ordem classificatória, quando frustrada eventual negociação de melhores condições.

21.6. A Ata de Registro de Preços poderá ter o quantitativo inicialmente registrado renovado em caso de prorrogação, desde que comprovada a vantajosidade dos preços, haja previsão expressa no edital e na própria ata, e a prorrogação ocorra dentro do prazo de vigência.

22. DA REVISÃO DE PREÇOS DA ATA:

22.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos valores praticados no mercado ou de fato superveniente que venha a elevar o custo dos bens ou serviços registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações com os fornecedores.

22.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço atualmente praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá convocar os fornecedores detentores da ata de registro de preços para negociar a redução dos valores registrados aos patamares de mercado.

22.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

22.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem adequar seus preços aos valores de mercado deverá respeitar a ordem de classificação original da ata.

22.3. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado, poderá o fornecedor solicitar a revisão do valor ou o cancelamento do registro, nessa hipótese, o órgão gerenciador poderá:

22.3.1. autorizar a liberação do fornecedor, sem aplicação de penalidade, desde que devidamente comprovada e aceita pela Administração a ocorrência da situação, e desde que a solicitação tenha ocorrido antes do recebimento da Autorização de Fornecimento ou da Ordem de Serviço;

22.3.2. convocar o fornecedor classificado como reserva, se houver, para assegurar igual oportunidade de fornecimento;

22.3.3. convocar os demais fornecedores constantes da ata, observando a ordem de classificação, para fins de negociação;

22.3.4. promover o ajuste para majoração dos preços registrados, mediante justificativa formal e fundamentada, observando-se:

22.3.4.1. O pedido de revisão apresentado pelo fornecedor deverá demonstrar, de forma clara e objetiva, os valores originalmente registrados e os novos valores atualmente praticados no mercado;

22.3.4.2. Deve ser instruído com documentos comprobatórios da variação de preços, especialmente notas fiscais anteriores e atuais, planilhas comparativas, cotações atualizadas ou outros elementos idôneos que evidenciem a elevação dos custos dos insumos ou serviços.

Parágrafo Único: A eventual revisão para majoração dos preços deverá observar os princípios da vantajosidade, motivação, economicidade e interesse público, sendo exigida a comprovação técnica da variação dos custos e o devido processo administrativo.

23. CONCESSÃO DE ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

23.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento licitatório poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os requisitos do Artigo 86, § 2º da Lei Federal nº 14.133/2021 e regulamentação municipal.

23.2. A adesão somente poderá ser efetivada caso haja manifestação favorável tanto do Município de Sooretama - ES quanto da empresa fornecedora, sendo imprescindível que ambas as partes estejam de acordo com os termos e condições da adesão.

23.3. O Município de Sooretama – ES poderá rejeitar solicitações de adesão que possam comprometer a execução de seus próprios contratos, prejudicar sua capacidade de gerenciamento ou por outros motivos.

23.4. O pedido de adesão à Ata de Registro de Preços deverá ser formalizado por meio de ofício expedido pela autoridade máxima do órgão interessado, devidamente endereçado ao Município de Sooretama – ES. Esse ofício deverá, obrigatoriamente, ser dirigido ao Chefe do Poder Executivo e ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços.

23.4.1. O ofício deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

- Número do processo administrativo que fundamenta a solicitação;
- Número do edital de licitação que originou a ata;
- Número da Ata de Registro de Preços vigente;
- Razão social e CNPJ da empresa detentora da ata;
- Justificativa detalhada da necessidade da adesão;
- Relação dos itens pretendidos, com as respectivas quantidades;

24. DA GARANTIA DA PROPOSTA:

24.1. Não haverá exigência de garantia da proposta.

25. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL:

25.1. Não haverá exigência de garantia contratual.

26. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

26.1. O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços;

II - dar causa à inexecução parcial da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III - dar causa à inexecução total da Ata de Registro de Preços;

IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI - não celebrar a Ata de Registro de Preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução da Ata de Registro de Preços;

IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução da Ata de Registro de Preços;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

XII - praticar ato lesivo previsto no Art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas na Lei Federal n° 14.133/21 as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

26.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

26.4. A sanção prevista neste tópico, calculada na forma do edital ou da Ata de Registro de Preços, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor da Ata de Registro de Preços licitada e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no Art. 155 da Lei Federal n° 14.133/21.

26.5. A sanção prevista no inciso III do caput do Art. 156 da Lei 14.133/21 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do Art. 155 da Lei Federal n° 14.133/21, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

26.6. A sanção prevista no inciso IV do caput do Art. 156 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do Art. 155 da Lei Federal n° 14.133/21, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 03 (três) anos e máximo de 06 (seis) anos.

26.7. A sanção estabelecida no inciso IV do caput do Art. 156 será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

26.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput do Art. 156 poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

26.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

26.10 A aplicação das sanções previstas no caput do Art. 156 da Lei 14.133/21 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública

26.11 Na aplicação da sanção prevista no inciso II do caput do Art. 156 da Lei Federal n° 14.133/21, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

26.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 da Lei n° 14.133/21 requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

26.12.1. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere o **caput** deste artigo será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

26.13. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

26.14. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

26.15. A prescrição ocorrerá em 05 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será:

I - interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o caput do Art. 158 da Lei n° 14.133/21;

II - suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;

III - suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

26.16. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei n° 14.133/21 ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.

26.17. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei n° 14.133/21 ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

26.18. O município de Sooretama – ES deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicada, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP).

26.19. O atraso injustificado na execução da Ata de Registro de Preços sujeitará o contratado a multa de mora, na forma prevista em edital ou na Ata de Registro de Preços. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral da Ata de Registro de Preços com a aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei Federal n° 14.133/21.

26.20. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:

I - reparação integral do dano causado à Administração Pública;

II - pagamento da multa;

III - transcurso do prazo mínimo de 01 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

IV - cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

V - análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

26.21. A sanção pelas infrações previstas nos incisos VIII e XII do caput do art. 155 da Lei Federal n° 14.133/21 exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

27. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

27.1. O valor máximo previsto das despesas com a presente contratação está estimado em **R$ 137.863,09 (cento e trinta e sete mil, oitocentos e sessenta e três reais e nove centavos).** Tendo por referência a média dos preços constantes no relatório de cotação de preços.

28. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

28.1. Por se tratar de sistema de registro de preços, a indicação da disponibilidade de créditos orçamentários somente será exigida para a formalização do pedido, contrato ou de outro instrumento hábil.

29. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD:

29.1. É vedado aos partícipes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução da respectiva Ata de Registro de Preços prevista em seu objeto, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

29.2. Os partícipes se comprometem a manter o sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e dados pessoais sensíveis – repassados em decorrência da execução do objeto da Ata de Registro de Preços, em consonância com o disposto na Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), sendo vedado o repasse das informações a outras pessoas físicas ou jurídicas, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento.

29.3. Os partícipes responderão administrativa e judicialmente, caso causarem dados patrimoniais, morais, individual ou coletivo, aos titulares de dados pessoais, repassados em decorrência da execução do objeto da Ata de

Registro de Preços, por inobservância à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

29.4. Em atendimento ao disposto na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, a contratante, para a execução do objeto da Ata de Registro de Preços, tem acesso a dados pessoais dos representantes do contratado, tais como número do CNPJ, CPF e do RG, endereços eletrônico e residencial, e cópia de documento de identificação.

29.5. A contratada declara que tem ciência da existência da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais e se compromete a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais repassados pelo contratante.

29.6. A contratada fica obrigada a comunicar a contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou lícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou lícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

30. CONTRATOS DECORRENTES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

30.1. Caso seja celebrado contrato oriundo da ata de registro de preços, poderá ser exigida garantia da contratação de que tratam os Arts. 96 e seguintes da Lei n° 14.133, de 2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato, devendo este valor ser reforçado no caso de celebração de termo de aditivo com acréscimo de valor, conforme termos e condições descritas nas cláusulas do contrato.

30.2. As modalidades admitidas para garantia são:

I - caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

II - seguro-garantia;

III - fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

IV - título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

30.3. Em caso de opção pelo seguro-garantia ou título de capitalização, a parte adjudicatária deverá apresentá-la no prazo de até 07 (sete) dias, podendo ser prorrogado por igual período, da data de assinatura do contrato. Neste caso o prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora. O seguro-garantia continuará em vigor mesmo se o contratado não tiver pago o prêmio nas datas convencionadas.

30.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

30.5. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

30.6. O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

30.7. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice IPCA ou INPC (deverá ser optado pela Administração o que se revelar mais vantajoso economicamente para a administração), cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7° da Lei n° 14.133/2021.

30.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

30.9. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

30.10. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

30.11. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

30.12. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

30.13. O reajuste será realizado por apostilamento.

31. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

31.1. Considerando que nas Licitações Públicas a Lei Federal nº 14.133/21 proíbe expressamente o direcionamento do edital para uma marca ou modelo específico, os servidores responsáveis pela elaboração deste instrumento declaram, sob as penalidades da lei, que as especificações dos itens a serem licitados foram desenvolvidas de maneira independente. Dessa forma, garantimos a ausência de qualquer tipo de direcionamento por parte dos envolvidos.

31.2. Naquilo que for omisso o presente Termo de Referência, reger-se-á pela Lei Federal n° 14.133/21 e suas posteriores alterações.

Sooretama - ES, 28 de Setembro de 2026.

Assinado por IZABEL DOS SANTOS OLIVEIRA 087.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
29/09/2026 08:20:26

IZABEL DOS SANTOS OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde
Decreto nº 004/2025, de 02 de Janeiro de 2025

Assinado por MARIA LUÍZA NEVES PINTO 167.***.***-**
PREFEITURA MUNICIPAL DE SOORETAMA
29/09/2026 07:22:34

MARIA LUIZA NEVES PINTO
SETOR DE COMPRAS – SEMUS
RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DESTE TR